

AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO SERVIÇO SOCIAL JUNTO AOS JOVENS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL EM CUMPRIMENTO DE PENA NO REGIME SEMIABERTO HARMONIZADO COM MONITORAÇÃO ELETRÔNICA NO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA- PARANÁ

Área Temática

Diretos Humanos e Justiça

Coordenador(a) da atividade:

Silmara Carneiro e SILVA

Nathaly Maindra ACKLER[1]; Silmara Carneiro e SILVA[2]; Fernanda Aparecida de ARAÚJO[3]; Rafaela Karoline BATISTA[4]

Projeto de Extensão Núcleo de Atendimento à Pessoa com Monitoração Eletrônica e à Vara de Execução Penal de Ponta Grossa

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo apresentar as ações desenvolvidas pelo Núcleo de Atendimento às Pessoas com Monitoração Eletrônica e à Vara de Execução Penal de Ponta Grossa, a partir dos fatores de vulnerabilidade social dos jovens em cumprimento de pena privativa de liberdade em regime semiaberto harmonizado com monitoração eletrônica atendidos pelo referido projeto. O projeto tem por objetivo prestar atendimento psicológico, social e jurídico às pessoas em monitoração eletrônica do município e região. Os resultados apontam para a necessidade de compreender o jovem em cumprimento de pena, não apenas pela ótica do delito, mas como um sujeito histórico inserido em um contexto de vulnerabilidade social que apresenta demandas que dependem das ações do Estado para a

[1] Graduanda de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Extensionista do Projeto de Extensão Núcleo de Atendimento às Pessoas com Monitoração Eletrônica e à Vara de Execução Penal de Ponta Grossa. E-mail: 24006465@uepg.br.

[2] Professora Associada do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grosa. Supervisora do Projeto de Extensão Núcleo de Atendimento às Pessoas com Monitoração Eletrônica e à Vara de Execução Penal de Ponta Grossa. E-mail: scsilva@uepg.br.

[3] Graduanda de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Extensionista do Projeto de Extensão Núcleo de Atendimento às Pessoas com Monitoração Eletrônica e à Vara de Execução Penal de Ponta Grossa. E-mail: 22006465@uepg.br.

[4] Mestranda em Ciências Sociais Aplicadas no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Extensionista de Pós-graduação do Projeto de Extensão Núcleo de Atendimento às Pessoas com Monitoração Eletrônica e à Vara de Execução Penal de Ponta Grossa. E-mail: rafaelakarolinebatista@gmail.com.



garantia de seus direitos, o que demanda um conjunto de ações a fim de torná-los alcançáveis pelas diferentes políticas públicas garantidoras de direitos.

Palavras-chave: Execução Penal. Monitoração Eletrônica. Jovens em cumprimento de pena.

INTRODUÇÃO

A juventude em situação de privação de liberdade é atravessada por diversas expressões da questão social, em especial as relacionadas à vulnerabilidade social e ao estigma que recai sobre determinados grupos, dentre eles os jovens em cumprimento de pena. No presente trabalho, enfoca-se o público de jovens em cumprimento de pena privativa de liberdade em regime semiaberto harmonizado com tornozeleira eletrônica atendido pelo Projeto de Extensão Núcleo de Atendimento às Pessoas com Monitoração Eletrônica e à Vara de Execução Penal de Ponta Grossa, a partir dos fatores de vulnerabilidade social que os acometem e o conjunto de ações desenvolvidas pelo referido projeto de extensão para atende-los na perspectiva da efetivação de seus direitos. O presente tema tem relevância acadêmica e social, pois evidencia a necessidade de se garantir um atendimento condizente com a realidade vivenciada pelo público jovem e os desafios para a efetivação da sua cidadania durante o cumprimento de pena com o uso da tornozeleira eletrônica. Com o presente estudo, tem-se a intenção de contribuir para uma leitura crítica sobre o papel do Estado e das políticas públicas, uma vez que se trata de um público com dificuldade de acesso aos direitos básicos, perpassada por uma história de vida atravessada pela criminalidade e pela atuação punitiva do Estado.

OBJETIVO

O objetivo do presente trabalho é apresentar as ações desenvolvidas pelo Núcleo de Atendimento às Pessoas com Monitoração Eletrônica e à Vara de Execução Penal de Ponta Grossa a partir dos fatores de vulnerabilidade social dos jovens em cumprimento de pena privativa de liberdade em regime semiaberto harmonizado com monitoração eletrônica atendidos pelo mesmo.

METODOLOGIA

O Projeto de Extensão Núcleo de Atendimento à Pessoa com Monitoração Eletrônica e à Vara de Execução Penal tem por objetivo prestar assistência psicológica, jurídica e social ao público de pessoas que cumprem pena privativa de liberdade no regime semiaberto harmonizado com tornozeleira eletrônica, de Ponta Grossa e Região. Para o presente trabalho foi realizado um recorte às atividades desenvolvidas junto aos jovens atendidos pelo projeto, a partir de seus fatores de vulnerabilidade social. A equipe de Serviço Social do projeto elaborou um instrumento de coleta de informações sociais voltado ao levantamento dos fatores de vulnerabilidade do respectivo público, a partir do qual foram desenvolvidas ações de atendimento, visando a inserção nos serviços ofertados pelo Complexo Social, órgão de execução penal parceiro do Projeto e para a rede de atendimento das políticas públicas.

RESULTADOS

A categoria vulnerabilidade não se restringe a situações socioeconômicas. Trata-se de um conceito amplo e multidimensional, caracterizado pela privação de acesso a bens e serviços que os sujeitos experimentam ao longo da vida, a partir de suas realidades. De acordo com a PNAS, são vulneráveis aqueles indivíduos e famílias acometidos pelas seguintes situações:

> [...] famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social. (Brasil, 2004, p. 33).

Assim, a vulnerabilidade é uma situação de vida materializada na história dos sujeitos sociais subalternizados, a qual revela os efeitos da questão social, enquanto resultante da desigualdade estrutural determinada pelo modo de organização da sociedade capitalista. Esta leva diferentes sujeitos à dificuldade de acesso a bens e serviços, situação essa que expõe a inefetividade dos direitos e a manutenção da ordem desigual como norma para o Estado capitalista. Diante do exposto, Silva (2012), afirma que:



> O não acesso à boas condições de saúde, a uma educação de qualidade, aos mínimos necessários para a sobrevivência, à moradia adequada, a equipamentos comunitários de lazer, esportes e cultura, entre outros espaços de socialização saudáveis e de desenvolvimento humano torna-se fator determinante para a fragilização dos sujeitos em seu ambiente familiar, comunitário e social. (Silva, 2012, p. 97).

Portanto, é necessário encarar o Estado como um agente na perpetuação de injustiças sociais, uma vez que historicamente reproduz condições que mantêm diferentes grupos em situação de pobreza e a outras situações de vulnerabilidade, as quais os expõem a fatores de riscos de todo tipo. No Brasil, uma parcela significativa da sociedade vive sem acesso a condições mínimas de sobrevivência, explicitando uma das mais perversas faces dos processos de exclusão e injustiça sociais. Quanto mais expostos a fatores de vulnerabilidade sociais, mais visíveis os grupos vulnerabilizados se tornam para a atuação do Estado Penal, tornando-se alvo preferencial dos órgãos de repressão estatais, ou seja, além de vulneráveis sociais, são também vulneráveis penais.

Importante ressaltar que a pobreza não é a causadora da violência e, consequentemente, do crime, mas o Estado enquanto um órgão seletivo, do ponto de vista da classe, reproduz processos de segregação social, criminalizando com maior facilidade dos estratos sociais mais vulneráveis.

A história de segregação social e da repressão no âmbito da atuação do Estado não é exclusiva do estrato juvenil. O histórico de legislações da infância e adolescência no Brasil, é prova disso. Os Códigos de Menores de 1927 e 1979 mantinham seus focos na tutela e na repressão do público infanto-juvenil. Embora com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente, o qual foi marco de uma mudança no paradigma de atuação em face do respectivo público, as políticas de atendimento ainda padecem de condições para a efetivação dos direitos a essa parcela da população. No que se refere à juventude, é ainda pior. Embora também amparada pelo Estatuto da Juventude, a população juvenil brasileira tem sido alvo da violência institucional no Brasil. Jovens negros e periféricos são os alvos preferenciais do Estado Penal, o que repercute no seu encarceramento.

Para o conhecimento dos fatores de vulnerabilidade, foi encaminhado um formulário de dados, o qual foi enviado via *Whatsapp* aos jovens que haviam recebido o dispositivo de monitoração eletrônica durante os três primeiros meses do ano de 2025. O questionário

contemplou questões relacionadas a gênero, etnia, escolaridade, condição de moradia, situação socioeconômica e demandas referentes à saúde, entre outras. A seguir serão apresentadas alguns dos resultados. Entre os 14 jovens que responderam ao formulário, todos se identificaram com o gênero masculino. Quanto à composição étnico-racial, 50% declararam-se brancos, 28,6% pardos, 14,3% pretos e 7,1% indígenas. No que diz respeito à existência de filhos ou dependentes, 71,4% afirmaram possuí-los, enquanto 28,6% declararam não possuir. Em relação à escolaridade, observou-se que 50% dos respondentes não concluíram o ensino fundamental; 14,3% relataram ter o ensino fundamental completo; 21,4% concluíram o ensino médio; e 7,1% não finalizaram essa etapa. No momento da coleta de dados, nenhum dos participantes encontrava-se matriculado em instituição de ensino, embora 64,3% (9 dos 14) tenham manifestado interesse em retomar os estudos. Quanto à formação profissional, 85,7% dos entrevistados indicaram não possuir qualquer qualificação formal, ao passo que 14,3% declararam ter algum tipo de formação profissional. No que diz respeito à moradia, 57,1% dos participantes declararam possuir casa própria, 28,6% residem em imóvel alugado e 14,3% em imóvel cedido. Com relação a renda, 42,6% afirmaram receber um salário mínimo, 28,6% até meio salário, 21,4% não possuem renda e 7,1% declararam rendimento entre um e dois salários. Quanto às demandas de saúde, apenas um relatou ter problemas de saúde, estando em tratamento. O questionário também incluiu perguntas sobre o uso de substâncias psicoativas. Dos 14 respondentes, 11 respondeu ter feito ou fazer uso eventual, 4 respondeu fazer ou ter feito uso de maconha, 1 uso de cigarro, 1 uso de LSD e 1 também Ecstasy. 7 deles informou ter interrompido o uso, 2 deles fazem uso todos os dias, 3 deles fazem uso nos finais de semana e 1 eventualmente.

Frente a essas informações, a atuação da equipe de Serviço Social do Projeto de Extensão Núcleo de Atendimento a Pessoa com Monitoração Eletrônica e à Vara de Execução Penal, se deu por meio da realização de atendimentos individuais, encaminhamentos à rede socioassistencial e de saúde, conforme as necessidades apresentadas em cada caso. Foram realizados encaminhamentos ao Centro de Referência de Assistência Socia (CRAS), quando apresentada uma situação de vulnerabilidade socioeconômica, buscando a realização do Cadastro Único para a possibilidade de acesso a benefícios de transferência de renda; ao Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) para atendimento em saúde mental, além de

atividades socioeducativas voltadas ao referido tema e encaminhamentos para a equipe de Psicologia do referido Projeto de Extensão. Quando apresentadas situações referentes a escolaridade, a equipe realizara o direcionamento do usuário para a equipe de Pedagogia do Complexo Social, para o atendimento da referida demanda. Em relação ao trabalho foram realizados encaminhamentos para o Projeto Canteiros de Trabalho, o qual é promovido pelo Complexo Social em parceria com órgãos públicos e empresas locais. O conjunto de ações desenvolvidas pela equipe de Serviço Social teve por objetivo a viabilização de meios para a efetivação dos direitos dos referidos jovens durante o cumprimento da pena, o que se faz em articulação com a rede de atendimento das diferentes políticas públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, conclui-se que um dos principais fatores de vulnerabilidade dos jovens atendidos tratou-se da dificuldade de acesso à renda, impactando no não atendimento de suas necessidades básicas. Essas informações podem servir como objeto de reflexão, evidenciando a necessidade de maior investimento do Estado nas políticas públicas vigentes, com o objetivo de promover melhores condições de vida e o bem-estar da população juvenil.

APOIO

O projeto foi realizado com o apoio da Fundação de Apoio Institucional, Científico e Tecnológico da Universidade Estadual de Ponta Grossa (FAUEPG) e financiado pelo Departamento de Polícia Penal - DEPPEN – SESP-PR.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social: PNAS/2004. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/normativas/pnas2004.pdf. Acesso em: 03 set. 2025.

SILVA, Silmara Carneiro e. Socioeducação e juventude: reflexões sobre a educação de adolescentes e jovens para a vida em liberdade. **Serviço Social em Revista**, *[S. l.]*, v. 14, n. 2, p. 96–118, 2012. DOI: 10.5433/1679-4842.2012v14n2p96. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/8398. Acesso em: 3 set. 2025.